

TERESA DE NORONHA

SETOR

AGROALIMENTAR EM PORTUGAL

CONJUNTURAS E
ABORDAGENS RECENTES



EDIÇÕES SÍLABO

Eric, meu filho, dedico-te este livro.

Setor Agroalimentar em Portugal

**Conjunturas
e Abordagens Recentes**

TERESA DE NORONHA

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio, **NOMEADAMENTE FOTOCÓPIA**, esta obra. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

Visite a Sílabo na rede
www.silabo.pt

Editor: Manuel Robalo

FICHA TÉCNICA

Título: Setor Agroalimentar em Portugal – Conjunturas e Abordagens Recentes

Autora: Teresa de Noronha

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1.^a Edição – Lisboa, junho de 2016.

Impressão e acabamentos: Cafilésa – Soluções Gráficas, Lda.

Depósito Legal: 410680/16

ISBN: 978-972-618-848-3

EDIÇÕES SÍLABO, LDA.

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Telf.: 218130345

Fax: 218166719

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Índice de tabelas e figuras	9
Lista de acrónimos	13
Prefácio de Jean-Louis Rastoin	15
Prefácio de António Covas	19
Nota preliminar	25

Capítulo 1

Introdução

A responsabilização histórica	31
O período 1994-1999 – impactos mais significativos	33
O período 2000-2006 – impactos mais significativos	34
Fenómenos de mudança estrutural	39
Alterações no comportamento dos consumidores	47
Tendências passadas no setor agroalimentar	48
Evolução recente das formas organizacionais na economia alimentar: formas de coordenação vertical	52
O papel das empresas multinacionais na estrutura agroalimentar	58
O produto e determinação da sua qualidade	61

Capítulo 2

Análise descritiva do setor em Portugal

O enquadramento europeu	65
A agricultura portuguesa no virar do milénio	68
Tendências genéricas do setor agrícola	70
A estrutura agrícola	71
O mecanismo de mercado e a definição dos preços	77
Efeitos da política agrícola comum em Portugal	80
Anexo	84

Capítulo 3

Comercialização e internacionalização do setor

O processo de comercialização dos produtos agrícolas	91
A indústria agroalimentar e o comércio externo em Portugal	95
Contexto internacional para os circuitos de comercialização	99
Política Agrícola Comum e Organização Comum dos Mercados no caso dos produtos hortícolas	99
Preços e a competitividade internacional no caso histórico do tomate processado	102
O passado recente da internacionalização do setor em Portugal	106
Estratégias empresariais em contexto de internacionalização	112
A complexidade das escolhas estratégicas do investimento	114
Que alternativas para a produção tradicional? Os casos dos vinhos e dos hortícolas	116
O setor dos vinhos: marcas de origem, especialização e aumento de exportação	117
O setor hortícola: aumento do consumo, falta de coordenação vertical e aumento das importações	119
Anexo	122

Capítulo 4

As transformações na distribuição alimentar em Portugal

Aparecimento de grandes superfícies de distribuição	128
Setor retalhista	129
Marcas de distribuição	139
Mudança dos modelos do comércio grossista	147
Formação de formas de associativismo ao nível do comércio grossista	150
Formas de interligação do setor grossista e retalhista ao nível dos grandes grupos	152
Contratos-programa	155
Anexo	157

Capítulo 5

O setor agroalimentar e a estratégia empresarial

O papel das pequenas e médias empresas na estrutura agroalimentar	163
A dimensão empresarial e a produtividade das PME	164
As opções estratégicas das empresas agroalimentares	171
A balança comercial, a coordenação vertical e as tecnologias de informação	174
A importância da balança comercial	174
Inovação organizacional e efeitos da especialização produtiva	176
Imersão espacial da empresa e seu efeito sobre a inovação	178
Governança e padrões de industrialização: uma tipologia de formas de coordenação	180
Localização e formas de coordenação: um exercício com o sistema agroalimentar	184

A paisagem agroalimentar em Portugal a nível regional

Localização da indústria agroalimentar no continente	189
As dinâmicas do emprego no setor para o período 2004-2012	194
Padrão espacial do desempenho económico de Portugal municípios no setor agroalimentar	197
Evolução da exportação do SAA para o período 2004-2012	200
Anexo	206
Conclusão	215
Referências	221

Índice de tabelas e figuras

■ Tabelas

Tabela 1.1. Execução de despesas por tipo de fundo de apoio comunitário, 1994-1998	32
Tabela 1.2. Execução de despesas por tipo de fundo de apoio comunitário, 2000-2006	32
Tabela 1.3. Desenvolvimento económico em Portugal, 1994-1999	33
Tabela 1.4. Impacto das intervenções nas regiões de objetivo 1 em Portugal	35
Tabela 1.5. Orçamento para a política regional (1989-2006)	36
Tabela 1.6a. PIB <i>per capita</i> em PPC	50
Tabela 1.6b. PIB e consumo privado em Portugal	51
Tabela 1.7. Produtividade total, Agricultura, silvicultura e pesca, indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	52
Tabela 1.8. Postos de Trabalho totais por ramo de atividade, totais agricultura, silvicultura e pesca, totais indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	60
Tabela 2.1. Contas nacionais da agricultura	71
Tabela 2.2. Número de explorações por dimensão e área	72
Tabela 2.3. Contas económicas da agricultura por atividade	74
Tabela 2.4. Evolução das principais produções	75
Tabela 2.5. Evolução da produção animal: carne	76
Tabela 2.6. Evolução da produção animal: gado	76
Tabela 2.7. Evolução da produção animal: leite	77
Tabela 2.8. Evolução dos preços	79
Tabela 3.1. Agentes de Comercialização e suas funções	93
Tabela 3.2a. Exportações de bens e serviços: total e por produto (base = 2011)	96
Tabela 3.2b. Importações de bens e serviços: total e por produto (base = 2011)	97
Tabela 3.2c. Importações <i>versus</i> exportações produtos da agricultura, silvicultura e pesca, produtos alimentares, bebidas e da indústria do tabaco	98
Tabela 3.3. Comércio externo agrícola por produtos principais (UM = €)	99
Tabela 3.4. Investimentos estrangeiros no SAA português, 1991-1994	108
Tabela 3.5. <i>Ranking</i> das maiores empresas do SAA e investimento estrangeiro, 1996	109

Tabela 3.6. Relação dos vinte maiores grupos e empresas da IAA, 1998	110
Tabela 3.7. Histórico do investimento estrangeiro dos diferentes subsectores de IAA	111
Tabela 4.1. Comércio Alimentar	131
Tabela 4.2. O comportamento do volume de negócios do comércio alimentar	132
Tabela 4.3. Quotas de mercado do comércio alimentar	133
Tabela 4.4. Área (m ²) das unidades comerciais de dimensão relevante alimentares, retalhistas, em funcionamento até 31/12/1998, em Portugal	133
Tabela 4.5. Unidades comerciais alimentares retalhistas (de dimensão relevante), por distritos	134
Tabela 4.6. Repartição geográfica e comparação com a população residente em 1998	135
Tabela 4.7. Número de lojas no retalho em 1998	136
Tabela 4.8. Volume de Vendas no Retalho em 1998	137
Tabela 4.9a. Crescimento do mercado das marcas próprias (1994 e 1997)	146
Tabela 4.9b. Comércio a retalho com predominância alimentar % das vendas de produtos de marca própria no total de vendas, por NUTS II, 2011	146
Tabela 4.9c. Quotas de mercado – marcas próprias	147
Tabela 4.10. <i>Cash & Carry</i>	152
Tabela 4.11. Evolução das vendas dos grossistas 96-98	155
Tabela 4.12. Índice de concentração	156
Tabela 5.1. Indicadores de dinâmica regional das PME da indústria agroalimentar por CAE e NUTS II	166
Tabela 5.2. Indicadores de dinâmica regional das GE da indústria agroalimentar por CAE e NUTS II	167
Tabela 5.3. Indicadores de dinâmica regional relativa das PME vs. GE da indústria agroalimentar desagregada por CAE e NUTS I	168
Tabela 5.6. Classificação das estratégias empresariais	172
Tabela 5.7. A balança comercial agroalimentar	176
Tabela 5.8. Escolhas locacionais <i>versus</i> de governança no SAA em Portugal	185
Tabela 6.1. Concentração da IAA em 2012, por valores de coeficientes de localização	193
Tabela 6.2. Análise <i>shift share</i> para o conjunto das empresas IAA e para o período 2004-2012	195
Tabela 6.3. O contributo do valor acrescentado bruto do SAA no valor acrescentado bruto dos municípios (2012)	197
Tabela 6.4. O aumento do contributo do VAB do SAA para o VAB total de alguns municípios (2004-2012)	199
Tabela 6.5a. Exportações agroalimentares, por subsectores e por região, 2014	201
Tabela 6.5b. Exportações agroalimentares para os mercados da UE, por país, 2014	201

Tabela 6.6a. Exportações agroalimentares para os mercados da UE, 2005	201
Tabela 6.6b. Exportações agroalimentares para os mercados da UE, 2014	202
Tabela 6.7. Variações nas exportações agroalimentares, 2005-2014	203

■ Figuras

Figura 1.1. Densidade populacional em Portugal, 2004	37
Figura 1.2. Mapa das regiões portuguesas em função do índice de coesão	38
Figura 1.3. O conceito de qualidade dos bens alimentares	63
Figura 4.1. Margens de rentabilidade e volume de negócios	130
Figura 4.2. Nível de serviços prestados e preços de venda	131
Figura 4.3. Percentagem de Produtos de Marca Própria no Cabaz de Compras	142
Figura 4.4. Frequência da Compra de Produtos de Marca Própria	143
Figura 5.1. O percurso das empresas para a inovação: quadro concetual	182
Figura 6.1. Coeficiente de localização das empresas do SAA (IAA), para 2012	191
Figura 6.2. Coeficiente de localização das empresas do SAA (IAA), para 2012: o caso particular do Alentejo	192
Figura 6.3. Coeficiente de localização das empresas do SAA (IAA), para 2012: o caso particular do Nordeste	192
Figura 6.4. Aglomerações espaciais resultantes dos contributos do VAB do SAA para o VAB total dos municípios, em 2012	200
Figura 6.5. Evolução das exportações por subsetor e por NUTS II, 2005-2014	204

Lista de acrónimos

PME	Pequena e Média Empresa
SAA	Sistema Agroalimentar
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade do Poder de Compra
IAA	Indústria Agroalimentar
CAE	Classificação das Atividades Económicas
NUTS	<i>Nomenclature of Territorial Units for Statistics</i>
GE	Grande Empresa
VAB	Valor Acrescentado Bruto da Produção
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
PAC	Política Agrícola Comum
SAT	Sistema de Alimentação Alternativo
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
PEDIP	Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa
IFOP	Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas
FSE	Fundo Social Europeu
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
OCDE	<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i>
DA	Distribuição Agroalimentar
INE	Instituto Nacional de Estatística
OCM	Organização Comum dos Mercados
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
VQPRD	Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada
UDCR	Unidades Comerciais de Dimensão Relevante
KIBS	<i>Knowledge Intensive Business Services</i>

Prefácio de Jean-Louis Rastoin

O trabalho de Teresa de Noronha é importante por duas razões. Em primeiro lugar, porque trata de uma questão vital para o futuro das nossas sociedades, a alimentação, que infelizmente não beneficia da prioridade política que deveria ter. Em segundo lugar, porque no âmbito do relativamente novo corpus científico da economia agroalimentar se mobiliza o ainda pouco explorado, apesar do grande interesse teórico e empírico que tem, conceito de sistema alimentar. A dupla lacuna é preenchida por esta publicação muito oportuna que homenageia Portugal e alguns países tais como os EUA, a França, o Canadá, o Reino Unido, a Holanda e o resto da União Europeia para os quais equipas de investigação longe do *mainstream* do pensamento económico apresentam de forma inovadora os sistemas alimentares nacionais.

A inspiração fundadora do trabalho precursor em economia agroalimentar é devida, tal como referido por Teresa de Noronha, a John H. Davis e Ray A. Goldberg nos EUA (1957) e Louis Malassis (1973) em França. Em ambos os casos, uma inspiração com abordagem multissetorial e multidisciplinar e uma explicação exógena ao processo de desenvolvimento dos sistemas agroalimentares. Estas obras têm agora meio século, mas permanecem fundamentais e altamente relevantes para conduzir análises científicas.

Teresa de Noronha oferece-nos uma excelente demonstração através da aplicação da metodologia desenvolvida por aqueles mestres, enriquecendo-a com as mais recentes contribuições da nova economia institucional e da análise espacial. A autora estrutura a sua reflexão em seis capítulos – a trajetória histórica, estrutura e desempenho, formas de comercialização, distribuição, estratégias de negócios, aspetos territoriais – que disponibilizam um amplo panorama do sistema alimentar em Portugal e seus componentes agrícola, industrial e de serviços.

Apreciámos especialmente a abundância de materiais estatísticos sobre o longo prazo, com o tratamento específico da autora, as comparações intersetoriais em termos de dinâmica temporal e desempenho, e sua análise detalhada e mapeada, apoiada em pontos de vista equilibrados mas também críticos sobre as estratégias dos atores e das suas políticas públicas. Todos esses elementos se guiaram pelo fio da visão global em termos de sistema agroalimentar, atribuindo a este livro uma grande originalidade que o torna muito útil para completar os relatórios setoriais e as publicações até agora existentes e que, afinal, não são senão árvores de uma mesma floresta.

Eu insistiria até, à luz da diacrónica análise de Teresa de Noronha, sobre a importância da perspectiva histórica para uma boa compreensão da evolução socioeconómica. Esta posição mostra como a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986 – simultaneamente para a Espanha e depois da Grécia em 1981 – marca um ponto de viragem, com um processo de crescimento do rendimento das famílias que levou a uma transição no consumo alimentar enquanto o tecido produtivo e comercial nacional era difícil de se ajustar, provocando um aumento das importações. A autora avança neste sentido, referindo a falta de uma política de integração holística e de compreensão da agricultura e dos seus vários subsectores, apesar das ajudas da PAC no âmbito das organizações comuns de mercado. Os pressupostos da economia agroalimentar são, assim, confirmados em Portugal tal como o são em alguns, mais recentes países emergentes.

Com base no diagnóstico realizado sobre o sistema alimentar Português, Teresa de Noronha apresenta cinco sugestões para a ação pública e privada:

- A adaptação da agricultura aos mercados segmentados
- Aumento da inovação organizacional, respeitando culturas regionais
- A criação de marcas e concentração de atividades
- Desenvolvimento do movimento exportar como aprendizagem básica dos atores
- A definição de uma política de coordenação dos atores dentro do sistema alimentar

Estas ações, de acordo com a autora, devem necessariamente ser parte de um processo participativo, auscultando as preocupações dos consumidores que cabem no âmbito do desenvolvimento sustentável: a saúde, através da qualidade alimentar, o respeito pela biosfera, incluindo o bem-estar animal, e a equidade socioeconómica.

Na verdade, o modelo agroindustrial, que reduziu significativamente os preços dos alimentos e melhorou a sua segurança está agora num impasse por causa das externalidades negativas que gerou: nutricionalmente, com a explosão de doenças crónicas transmitidas por alimentos; ao nível do ambiente, com poluição irreversível ou degradação; e, finalmente, no campo social, com perdas massivas de emprego. Embora este modelo seja capaz de corrigir alguns abusos dada a sua flexibilidade, ele é, no entanto, limitado pela forma de governação que o suporta e, portanto, torna-se inteiramente dependente dos mercados financeiros cuja sede é puramente económica e a visão de curto prazo.

É, portanto, essencial a conceção de um sistema de alimentação alternativo (SAT) a que podemos chamar de «regionalizado», mais em linha com os objetivos de desenvolvimento sustentável. SAT baseia-se numa proximidade tripla, por oposição aos circuitos longos típicos do sistema alimentar global: a diversificação da produção agrícola que exige a interligação entre os subsectores agrícola, animal e florestal, de acordo com os preceitos da agroecologia.

A estreita ligação entre agricultura e a agroindústria apela à reconciliação entre o fornecimento de unidades de processamento, dando prioridade às matérias-primas agrícolas na região onde eles estão localizados. De tal forma que a proximidade ocorra através de uma reorientação da procura de alimentos no sentido do abastecimento local, facilmente rastreável, mais abundante e variado, de boa qualidade nutricional e organoléptico.

Os SAT são formados por empresas agrícolas locais, serviços de alimentação e redes de recursos locais de agrupamento como parte de um polo de consumo próximo. Além disso, os SAT são portadores de resiliência a crises e aos riscos de deslocalização, sendo pela sua própria natureza baseados em vetores de governação com enraizamento local. A estratégia de diferenciação territorial também pode ser uma fonte de competitividade com base em recursos (e não os únicos custos) num contexto de mercado de massa, as «lacunas» na aceção da Edith Penrose são depósitos em desenvolvimento para as empresas. Por todas estas razões, os países da dieta mediterrânica, da qual Portugal faz parte, têm, mais do que outros, o potencial necessário para desenvolver SAT.

O trabalho de Teresa de Noronha traz, nesta perspetiva de mudança inevitável, os elementos necessários para a compreensão da complexidade de qualquer sistema alimentar. Por um lado, a necessidade de modernizar para que os atores não fiquem à margem da evolução socioeconómica e tecnológica e, por outro, a necessidade de orientar essa modernização integrando valores no mercado que hoje não são tidos em conta mas que amanhã os consumidores e cidadãos virão a exigir.

Este livro preenche uma lacuna e, como tal, será particularmente útil para funcionários públicos, agentes económicos, animadores de associações, professores, investigadores e estudantes interessados nas questões alimentares, da agricultura e do mundo rural em Portugal e nos países do Mediterrâneo, em geral.

Jean-Louis Rastoin

Professeur, Directeur de Recherche
Chaire UNESCO en Alimentations du monde
Montpellier SupAgro

Prefácio de António Covas

Há pelo menos duas formas de escrever um prefácio para um livro. No primeiro caso, ser inteiramente fiel ao texto, ir atrás da sua narrativa dominante e acompanhar o autor no desenvolvimento da sua perspetiva e do seu argumentário. No segundo caso, utilizar o texto do livro como pretexto e contexto para outra narrativa ou grelha de leitura com o propósito de «abrir mais o livro» e conferir-lhe, por essa via, muitas outras «compossibilidades». Digamos que é o leitor que valoriza o livro ao conferir-lhe uma diversidade imensa de perspetivas e dimensões. Com a compreensão da autora a minha preferência vai para a segunda via.

O livro de Teresa de Noronha é, antes de mais, um trabalho de uma enorme atualidade, quase premonitório, pois ajuda-nos a perceber as razões pelas quais o setor agroalimentar teve um desempenho muito positivo no período mais recente e crítico, isto é, o «período troika» entre 2011 e 2014.

Como o próprio título indica, trata-se de analisar a economia agroalimentar e a história recente do setor em Portugal, com uma metodologia de investigação que está consagrada e bem estabelecida nos meios académicos e que a autora usa com muita segurança. Não obstante esta segurança metodológica, a autora faz, amiúde, referência aos novos desenvolvimentos conceituais, metodológicos e empíricos da economia agroalimentar, digamos a uma nova hermenêutica do setor agroalimentar, que lhe chegam de todos os lados: da engenharia biotecnológica à gestão dos agroecossistemas, da economia industrial à economia da regulação, da segurança e rastreabilidade dos processos agroalimentares ao marketing dos territórios, ao comércio justo e à ética empresarial, para citar apenas as perspetivas mais relevantes. O livro é, em segundo lugar, uma raridade preciosa, pois os estudos sobre o setor agroalimentar não abundam e quando aparecem são, de algum modo, um acontecimento. Finalmente, podemos dizer que se trata de um «livro de uma vida» pois vai longa a atenção que Teresa de Noronha tem dedicado a estas matérias.

A estrutura do livro, inclui as mudanças estruturais mais significativas (Capítulo I), a análise descritiva e o enquadramento do setor (Capítulo II), a comercialização agrícola e a internacionalização da indústria agroalimentar

(Capítulo III), as principais transformações na distribuição agroalimentar (Capítulo IV), as estratégias alimentares, o papel das PME e a inovação territorial (Capítulo V), finalmente, a paisagem agroalimentar a nível regional e as suas dinâmicas de emprego e exportação (Capítulo VI).

A segunda via, aquela que nós aqui seguimos, só é possível porque este livro é rico em referências teóricas e práticas que só o tempo e o espaço do próprio livro não permitiram desenvolver com maior alcance e profundidade. Por que o «modo de olhar para um problema é uma parte importante do problema» o texto do livro permite-nos extrair as seguintes perspetivas de leitura:

- A evidência estatística com apoio na literatura dominante permite extrair ilações sobre padrões, tendências e comportamentos no agroalimentar português;
- A evolução dos mercados globais e regionais, mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, permite perceber a diferenciação de uma parte do nosso setor agroalimentar e os destinos das nossas exportações;
- Os custos de contexto do setor, a evolução das políticas públicas e as alterações dos mecanismos regulatórios, são uma parte substancial do setor agroalimentar;
- Os atores, as suas empresas, as suas organizações, as estratégias das empresas multinacionais, são uma parte essencial do desempenho do setor;
- A territorialização do setor agroalimentar, as estratégias de desenvolvimento local, a deslocalização dos investimentos e a atração de novos empreendedores, são um vetor essencial da política agroalimentar;
- O comportamento da procura em todas as suas dimensões, a gestão de expectativas, a construção social dos mercados de proximidade, o papel das redes e das novas tecnologias na formação de mercados de nicho e nas estratégias de «agricultura acompanhada pela comunidade», são uma componente fundamental da política agroalimentar;
- Finalmente, as alterações climáticas, a reabilitação dos ecossistemas, o envelhecimento demográfico, as relações cidade-campo, os sistemas agroalimentares locais, colocam problemas estruturais novos à política agroalimentar no quadro da política regional.

A desestruturação da economia portuguesa face ao paradigma emergente

Antes de regressarmos ao subsector agroalimentar vale a pena apreciar as características da nossa inserção no regime económico internacional a que chamamos globalização:

1. O ritmo vertiginoso da nossa inserção internacional torna-nos vulneráveis face aos choques assimétricos e bruscos e sem tempo suficiente para as adaptações estruturais necessárias; a ineficácia das reformas estruturais no «período troika» são disso um exemplo eloquente;
2. Uma pequena economia aberta, com uma enorme dívida acumulada e um mercado interno muito estreito, tem o dever e a obrigação de converter, a curto prazo, os seus custos de contexto em benefícios de contexto para as suas empresas, pequenas e médias;
3. A economia da inovação no quadro da sociedade da informação e do conhecimento, como fator de competitividade das atividades, das empresas e das organizações não trata apenas de tecnologia mas, também, de processo, procedimento e cultura de gestão do universo das pequenas e médias empresas;
4. A renovação profunda da política de coesão territorial tendo em vista uma revisão do papel das redes de cidades e regiões na economia da inovação e, em especial, o papel da agricultura e do mundo rural à luz das alterações climáticas, da segurança alimentar e ecológica;
5. A sucessão empresarial ou a falta de sucessão é uma questão dramática que põe em causa uma parte muito significativa da estrutura empresarial portuguesa, em especial as empresas em nome individual; é pois urgente definir um modo de abordagem e um nível de ataque para este problema;
6. A pulverização do movimento associativo empresarial, contam-se seis centenas de associações pulverizadas pelo país, é o sintoma evidente de que o movimento associativo empresarial não se pensa a si próprio, antes é o fruto oportunístico das políticas públicas que se vão sucedendo; sem a racionalização e profissionalização do movimento associativo estamos a minar a efetividade da política pública;
7. A deslocalização do IDE convencional aproxima-nos rapidamente de um fim de ciclo do IDE assente em mão-de-obra intensiva e só surpreende que não tenha sido antecipado com mais antecedência; é urgente definir um modo de abordagem e um nível de ataque adequado para este problema;

8. A turistificação crescente do país é uma tendência que não surpreende, que explora os nossos recursos naturais mas que nos pode empobrecer se não se traduzir num modelo inteligente de desenvolvimento económico integrado; é urgente definir o turismo como atividade motriz da economia da inovação territorial;
9. A judicialização crescente da vida económica e a crescente litigância na área dos negócios é um sinal dos tempos mas, também, um custo de contexto que entrava a modernização do tecido empresarial português e que mina a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros; é urgente definir um modo de abordagem e um nível de ataque para este problema;
10. A desigualdade social e a dualização do país estão a minar a coesão socio-cultural do país, que é necessária para os grandes desafios que se avizinhavam, em especial, a mobilização dos cidadãos para a sociedade da informação e do conhecimento; se os cidadãos sentirem ou percecionarem que se trata mais de uma ameaça do que de uma oportunidade essa assimetria ou dualização pode cavar-se ainda mais; é urgente definir um modo de abordagem e nível de ataque para este problema.

Estas são, sumariamente, as tendências pesadas que caracterizam e percorrem a sociedade portuguesa, que quebram a coesão territorial do país e o tornam um país-arquipélago com algumas ilhas de modernização económica e social.

Os próximos trabalhos do agroalimentar face ao paradigma dominante

Regressemos ao livro para seguir de perto as principais linhas de trabalho para o próximo futuro no que diz respeito ao nosso setor agroalimentar. Eis pois algumas conclusões e sugestões fundamentais propostas pela autora:

1. Nos últimos 30 anos não se definiram com clareza as ligações estruturais e funcionais entre os alimentos, os seus circuitos e a produção agrícola;
2. Atualmente, ao lado de um enquadramento internacional cada vez mais exigente, emerge um enquadramento de proximidade cada vez mais necessário;
3. As mudanças nos hábitos de consumo dos portugueses criaram um *gap* expressivo entre a estrutura comercial e a estrutura produtiva do país com impacto sobre a balança comercial e a nossa dívida externa;

4. Estamos a assistir a um grande movimento de concentração no setor agroalimentar de consequências imprevisíveis no que diz respeito à sua deslocalização ou mesmo desmantelamento;
5. Parece claro que irá emergir um setor de agricultura mais localizado, segmentado e mais multifuncional no quadro de um novo sistema de relações cidade-campo;
6. Enquanto isso, a especialização flexível pode permitir novas soluções tecnológicas melhor ajustáveis aos novos drivers do agroalimentar como são a segurança alimentar, a saúde pública, o bem-estar animal, o impacto ambiental e o comércio justo;
7. Por outro lado, a valorização dos territórios na linha dos *terroirs* deve fazer parte de uma aprendizagem ao longo da vida, de uma espécie de territórios cognitivos que a política pública dos territórios deve acolher no quadro de territórios-rede, de redes de cidades e de cidades-região;
8. Enquanto isso, a política regulatória das cadeias e fileiras agroalimentares deve ser objeto de um cuidado especial por parte do legislador, pois é aí que se opera a distribuição das mais-valias geradas pela fileira;
9. Ou seja, a verticalização poderá nem sempre ser a melhor solução para a modernização agroalimentar.

O modelo produtivista está cada vez mais próximo da sua fase *climax*. Por um lado, a globalização proporciona escala e poder aos grandes operadores financeiros e técnico-comerciais, por outro, o paradigma biotecnológico prepara-se para fechar o triângulo MQG (mecânico, químico e genético), abrindo possibilidades imensas aos *kits* tecnológicos. O mercado é o regulador omnipresente. A tecnologia, o fator instrumental por excelência. A política e o direito não parecem estar à altura das circunstâncias para exercer um contrapoder suficiente. O resultado está à vista. Esta tendência pesada provoca um efeito de sucção sobre os recursos, as pessoas e os territórios, tornando-os devolutos e descartáveis.

Neste contexto, a equação produtivismo versus sustentabilidade é uma inequação. Se considerarmos ambos os modelos como tridimensionais (mercados, ecossistemas e relações sociais), então poderemos afirmar que o modelo produtivista considera os ecossistemas e as relações sociais como variáveis endógenas e/ou instrumentais, cujos efeitos são externalizáveis e externalizados face ao sistema produtivo e comercial. Por sua vez, o modelo sustentável considera os ecossistemas e as relações como variáveis estruturais ou restrições fundamentais ao sistema produtivo e comercial. Os conceitos-chave nesta inequação são conhecidos e «perigosos». O *kit* tecnológico completo garante, dizem-nos, resultados a curto prazo. Senão vejamos:

- A mitigação para os casos mais graves «restabelece» os danos mais graves devidamente financiados pelo contribuinte anónimo;
- O difusionismo técnico-comercial que se confunde com uma assistência pós-venda, de carácter essencialmente comercial, substitui a extensão rural;
- A normalização, para providenciar cada vez mais escala, vai fazendo o seu caminho por entre os despojos da micro e da pequena empresa agrorural;
- A fileira, como conceito operatório «por excelência», encarrega-se de confirmar a lei dos rendimentos decrescentes e da troca desigual entre parceiros;
- Os custos de formalidade, que crescem sem parar, pressionam constantemente as micro e as pequenas empresas em direção à economia paralela;
- Os ciclos de inovação são cada vez mais curtos e geram a desqualificação dos ativos;
- A política pública, cada vez mais acantonada, pelo défice e pela dívida, limita-se a fazer remediação para salvar as aparências.

Fica o alerta. Cuidado pois com o próximo ciclo da política agroalimentar.

António Alinho Covas

Professor Catedrático, Faculdade de Economia
Universidade do Algarve



TERESA DE NORONHA é doutorada em Economia e professora catedrática na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Nesta universidade, é diretora do Programa de Doutoramento em Gestão da Inovação e do Território e foi presidente da comissão executiva Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações entre 2007 e 2015.

Nas últimas três décadas a sua investigação incidiu sobre áreas tais como as alterações do setor agroalimentar a nível internacional e, em particular, em Portugal, os comportamentos empresariais face à inovação e as estratégias de desenvolvimento dos territórios rurais e das pequenas e média cidades.

Com uma forte componente de internacionalização no seu curriculum, foi professora convidada na Universidade de Paris I – Sorbonne, França, Oryol State University, Rússia, Ghent University, Bélgica, University of Bologna, Itália e University of Toronto, Canadá.

Entre as suas múltiplas atividades de investigação, incluem-se a coordenação de vários projetos com financiamentos nacionais e europeus, a edição de uma dezena de livros internacionais, bem assim como a publicação de quase duas centenas de trabalhos, a maior parte dos quais em revistas científicas de reconhecido mérito internacional. Entre as suas obras, destaca-se a série de três livros *New European Rurality: Strategies for small firms* (2006), *Traditional Food Production and Rural Sustainable Development: a European challenge* (2009, 2016) e *Towns in a Rural World* (2013).

O revisitar do passado recente do setor agroalimentar em Portugal evidencia um período controverso de transformação rápida da distribuição em Portugal que se contrapõe à estagnação da agricultura. Face a esta realidade, impõe-se uma reflexão sobre o caminho percorrido e as alternativas possíveis que poderiam ter potenciado o desenvolvimento do país.

Este livro expõe alguns pontos fundamentais para a compreensão da mudança processada, analisando o consumo dos bens alimentares, as estruturas de produção, de transformação ou de distribuição. Analisa os fluxos físicos, monetários e de informação que integram as estratégias das empresas do setor agroalimentar, bem como as políticas agrícolas e agroalimentares que lhes estiveram subjacentes.

Ao longo do livro a autora aborda as mudanças estruturais mais significativas (Capítulo I), apresenta uma análise descritiva e o enquadramento do setor em Portugal (Capítulo II), a comercialização agrícola e a internacionalização da indústria agroalimentar (Capítulo III), as principais transformações na distribuição agroalimentar (Capítulo IV), as estratégias alimentares, o papel das PME e a inovação territorial (Capítulo V) e, por fim, a paisagem agroalimentar a nível regional e as suas dinâmicas de emprego e exportação (Capítulo VI).

Este livro é de leitura particularmente recomendada para os políticos, quadros do setor público, agentes económicos, quadros associativos, professores, investigadores e estudantes que operam, estudam, ou por qualquer outro motivo, se interessam pelas questões alimentares, pela agricultura e pelo país rural.



SETOR AGROALIMENTAR EM PORTUGAL

CONJUNTURAS E ABORDAGENS RECENTES

A publicação desta obra teve o apoio da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

